



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS-----

----- DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2011 -----

----- **Ata NÚMERO OITO** -----

----- Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e onze reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Manteigas, convocada nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor António Manuel de Lemos Santos, coadjuvado pelos Senhores Albino Saraiva Cardoso e Daniel António Quaresma Costa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período da Intervenção do Público.**

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia**

----- Ponto dois um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público que não tenham sido esclarecidas;

----- Ponto dois dois: Apreciação, discussão e votação da proposta de Ata da sessão anterior;

----- Ponto dois três: Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos pela Mesa;

----- Ponto dois quatro: Outras intervenções dos Senhores Deputados.

----- Ponto três: **Período da Ordem do Dia:**

----- Ponto três um: Aprovação, discussão e votação do Regulamento de Cedência de Espaços no complexo Multiusos da SOTAVE.

----- Ponto três dois: Apreciação da proposta de criação e regulamentação do Registo de Interesses a que se refere o artigo 7º - A da Lei 28/95 de 18/2008, cuja criação nas autarquias é facultativa.

----- Ponto três três: Apresentação do Relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Manteigas, a que se refere a alínea 2) do art.º 32º do Anexo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo nº 147/99 de 01/09.

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa e Senhores Secretários, os Senhores Deputados Municipais: Manuel José Correia Silva Carvalhinho, Luís Miguel Cardoso Direito da Graça, Nuno Manuel Matos Soares, Umberto Massano Leitão, Alfredo Serra Carvalho Marcelo, José Manuel Novo de Matos, João Matos Leitão, António Júlio Leitão Garcia, Renato Carvalho Barbosa e também os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Luís Pedro Matos Soares, Paulo Manuel Santos Costa, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Não se encontravam presentes os Senhores Deputados João Adelino Paixão Salvado, Fernanda Isento Pereira, Maria João Esteves Negrão Ramos, que solicitaram a sua substituição. Foram convocados os Senhores Deputados Abel Biscaia Fernandes, Jorge Filipe Neves Martins e Carlos Manuel Abrantes Ferrão, que estiveram presentes.-----

-----Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas Esmeraldo Carvalhinho e os Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga.-----

-----Às **vinte horas e trinta e minutos**, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

Foram aceites pela Mesa da Assembleia as inscrições dos munícipes que quiseram intervir no primeiro ponto da ordem de trabalhos.-----

-----PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----O Senhor munícipe José Samuel começou por cumprimentar todos os presentes e desejou que os trabalhos da Assembleia possam correr melhor do que a última. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que a Colectividade “Clube Motard Montes Hermínios” que representa é a mais conhecida do Concelho, pois está presente em muitos encontros de Motards. Sabendo que a SOTAVE já foi adquirida pela Câmara Municipal, e que a Câmara irá instalar a conduta de água, as baixadas para a luz, a rede de saneamento e a instalação de um PT, questionou qual o valor desse investimento e gostaria de conhecer e de debater o projecto.-----
Deixou o reparo sobre as iluminações de Natal que a Câmara Municipal mandou instalar, uma vez que estando-se em crise não deveria ter havido, segundo a sua opinião, este gasto.-----
Questionou ainda que, segundo rumores que lhe chegaram, a Câmara Municipal não irá convidar as Associações/Coletividades do Concelho para o almoço da EXPO ESTRELA, o que na sua opinião acha mal. Perguntou se era verdade. Felicitou o Senhor Presidente por ter mandado executar os muros de suporte junto ao jardim da Vila e também pela elaboração do cartaz de Carnaval que está apelativo. Deu os parabéns ainda ao Senhor Presidente por ter dado ao Salão de Exposições a sua atividade original.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia cumprimentou todos os presentes e deu as boas vindas aos dois novos Membros da Assembleia. Comunicou que estava presente a correspondente da Rádio StarManteigas pretendendo gravar a sessão da Assembleia o que segundo a lei da Imprensa pode ser feito.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara começou por cumprimentar todos os presentes e dirigindo-se ao Senhor José Samuel referiu que a última coisa que pretendia era entrar num debate sistemático com ele em Assembleias Municipais, mas está disposto a responder às questões concretas que lhe são colocadas, o que fará sempre. Contudo, se não estiver conhecimento imediato dos assuntos solicitados, irá estudar a questão e a resposta será dada de seguida. Respondendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

às questões colocadas, informou que quanto à SOTAVE, quem melhor conhece as redes do Concelho são os técnicos da Câmara, apesar de admitir que alguns elementos da população, com os conhecimentos técnicos que têm por ver as torneiras expostas, pelas caixas de saneamento, consigam perceber o que está no subsolo. Contudo, acha preferível que estes assuntos sejam deixados à responsabilidade dos técnicos da Câmara, que saberão identificar as necessidades e resolver os problemas que se colocarem em relação à ocupação da SOTAVE. Declarou ainda que relativamente ao projecto da SOTAVE, este não seria mostrado em particular ao Senhor José Samuel, pois o projecto está na Câmara e poderá ser consultado por quem pretender fazê-lo, mas não será debatido com o munícipe uma vez que há órgãos autárquicos próprios para debaterem estas questões. Deixando um conselho ao munícipe afirmou achar interessantíssimo a forma como intervém na sociedade, a sua acção cívica extraordinária e da qual não tem dúvida nenhuma, mas acha que este munícipe faz falta como membro da Assembleia Municipal, pois não tem dúvida que daria um bom Deputado Municipal. Relativamente ao assunto da iluminação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que ponderou a hipótese se deveria ter ou não iluminação de Natal. Contudo, após conversa com os comerciantes, notou que o que eles mais queriam era uma zona iluminada. Tanto os comerciantes como quem nos visita e os próprios manteiguenses que estão fora e regressam na época de Natal. Contudo, a Câmara Municipal teve o cuidado de reduzir, na mesma medida em que o governo reduziu o financiamento, ou seja, reduziu-se precisamente os cinco por cento que foram reduzidos no FEF a partir de Janeiro, pelo que acha que se trabalhou bem e que a população de Manteigas ficou satisfeita. Noutras cidades em que se optou por não haver iluminação pública, esta foi colocada pelos comerciantes, paga pelos próprios, porque entenderam que a cidade não deveria estar sem iluminação de Natal. Quanto ao assunto EXPO ESTRELA, estranhou a preocupação do munícipe nos gastos com a iluminação de Natal, mas o mesmo não aconteceu quando mencionou os jantares para as entidades presentes no evento. Contudo, mencionou não saber quem serão os convidados, pois essa é uma competência do secretariado da EXPO ESTRELA, apesar da Câmara estar representada. No que diz respeito ao cartaz de Carnaval e apesar do mesmo estar bem concebido, informou que houve convite aos expositores para a sua participação na feira das actividades e que nem todos responderam ao mesmo. Quanto ao salão de exposições esclareceu que o que foi feito foi devolver aquele espaço para o que foi destinado. Já foram convidados diversos artistas plásticos de Manteigas para exporem as suas obras nesse local.-----

----- PONTO DOIS DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por aberta a discussão da ata, tendo esclarecido que consta desta proposta de ata a aprovação em minuta dos pontos em que era necessário tal procedimento que por sua iniciativa acrescentou após ter consultado os líderes das bancadas dos grupos municipais que deram o seu acordo para que tal constasse. Como a Ata



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

será hoje ratificada pela Assembleia não será necessário que tal conste pelo que se houver algum Senhor Deputado que ache que não deve constar, fará o favor de expressar essa opinião. -----

-----O Senhor Deputado Umberto Leitão cumprimentou os presentes e salientou que na página cento e trinta e um da ata, logo após o primeiro parágrafo, fez uma intervenção na última assembleia sobre os novos apoios aos exames complementares de diagnóstico, mas que por lapso ou por razões técnicas, a mesma não consta na ata e que como membro do Conselho Local de Acção Social (CLAS) se sentiu satisfeito por estes novos apoios e também por terem sido uma promessa do Partido Socialista nas últimas eleições. Referiu ainda que na página cento e quarenta e cinco aconteceu o mesmo, ou seja, foi omitida uma intervenção sua e acrescentado: "...usando da palavra disse que sobre a divergência havida entre o Senhor Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Presidente da Mesa sobre a localização do Museu Municipal, recordou que o Partido Socialista é um partido pluralista onde cabem todas as divergências. Ficou surpreendido pelo facto de três deputados do PSD se terem ausentado da sala quando da votação do ponto da ordem de trabalhos relativa à proposta de alteração do Regulamento da Tabela de Taxas do Município e que não é desta maneira que se representa com dignidade os munícipes que os elegeram. Apelou ainda, como representante desta Assembleia Municipal no CLAS, que todos os presentes estivessem atentos aos sinais de pobreza de todas as pessoas que os rodeiam, reflexo da actual crise". Isto foi acrescentado ao texto da ata que recebi. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que o que foi acrescentado foi "do PSD". -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares começou por afirmar que lamentava ter de voltar ao contencioso levantado na última Assembleia Municipal de 23-12-2010 sobre a legitimidade da convocatória dessa mesma sessão. Informou que não pretendeu por em causa o trabalho do Senhor Martiniano dos serviços de apoio à Assembleia que considera meritório, mas não pode deixar de manter que a referida sessão foi irregularmente convocada. Propôs que para se ultrapassar a situação sejam votadas nesta sessão de Fevereiro as deliberações então tomadas nomeadamente as resultantes dos pontos 2.2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Ata da sessão de 24-09-2010; 3.1 - Aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso; 3.2 - Aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Manteigas; 3.3 - Autorização de alienação integral da participação financeira que a Câmara Municipal detém na agência WRC – WEB para a Região Centro; 3.4 - Seguro de acidentes pessoal – Fixação dos valores para Membros dos Órgãos Autárquicos; 3.5 - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos 2010 – 1ª Revisão; 3.6 - Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2011 e seus anexos. Os Senhores Deputados comprometiam-se a manter o mesmo sentido de voto manifestado na sessão de 23 de Dezembro e abstinham-se de voltar à discussão dos referidos pontos, com excepção do ponto 3.2 - Aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Manteigas que só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não seria discutido se fosse garantida a republicação de tal Regulamento em Diário da República com a introdução da legenda em falta. -----

----- Usou depois da palavra o Senhor Deputado Manuel Carvalhinho para reafirmar a irregularidade da referida convocatória, pelo que considerava que a solução proposta pelo seu colega de bancada Deputado Nuno Soares era a mais indicada para se ultrapassarem os problemas que pudessem surgir. -----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos no uso da palavra considerou que essa poderia ser uma solução para ultrapassar o problema. -----

----- No uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa considerou que lhe parecia uma proposta construtiva que de algum modo transmitia a ideia de que se não pretendia obstaculizar os trabalhos mas antes pelo contrário pretendia-se com ela sanar uma possível irregularidade na convocatória da sessão de Dezembro passado. Considerou por isso que deveria ser concedido um intervalo para reflexão dos Grupos Municipais que fixou em dez minutos. -----

----- Reaberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que o Grupo Municipal do Partido Socialista lhe havia transmitido a possibilidade de aceitação da proposta desde que a Assembleia deliberasse ratificar todos os atos da Câmara Municipal praticados desde a data da última AM de 23-12-2010 e decorrentes da aprovação verificada dos referidos pontos da Ordem de Trabalhos. -----

Obtida a garantia por parte do Sr. Presidente da Câmara que se iria proceder à republicação em Diário da República da Proposta de Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Manteigas o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, reconhecida a urgência de deliberação, encetou a votação para que ao abrigo do número 3 do artigo 19º do Regimento sejam incluídos na Ordem de Trabalhos da presente sessão da Assembleia Municipal, a proposta e os pontos acima referidos que deverão ser votados antes dos trabalhos previstos para a sessão desta data e que passariam a constar do novo Ponto 3.1 – A da Ordem de Trabalhos. Posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos voltou a falar da falta de algumas intervenções suas na ata, sem má intenção, porque uma das coisas que mencionou foi a de ter intervencionado em todos os pontos em debate e tem resumo de tal facto. Lembrou que um dos pontos foi em que o Senhor Presidente da Câmara refere a ideia que teve em que o seguro de acidentes pessoais serem todos iguais, e que elogiou esse conceito de democraticidade, de ser um conceito igualitário. Tal aconteceu no ponto anterior em que apenas se refere ter feito uma declaração de voto a dizer porque se tinha abtido, pois se fez declaração foi porque interveio muito e fez inúmeras intervenções na última assembleia, pelo que não pode concordar. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Senhor Deputado Novo de Matos se considera algum assunto relevante a ponto de agora o querer introduzir na ata. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado Novo de Matos respondeu dizendo que no momento não valeria a pena, pois as suas intervenções tiveram o seu “timing” próprio e deveriam ter ficado registadas, pois tem apontamentos das coisas que vai dizendo e das questões que vai colocando, mas depois com o desenrolar da discussão não sabe com todo o rigor o que disse. Acrescentou que não votará favoravelmente a ata e não é possível corrigi-la.-----

----- O Senhor Deputado Umberto Leitão interveio dizendo que quando os serviços de apoio da assembleia municipal enviam o projecto de ata, e concordará com o Senhor Deputado Novo de Matos caso tenha recebido a ata no presente dia, não sabe se houve atraso nos correios ou se a ata saiu tarde, todos terão razão. Contudo, este projecto de ata chega antecipadamente a todos para que todos, antes deste momento, possam fazer chegar as propostas de alteração e os aditamentos às atas à Mesa da Assembleia através dos serviços de apoio, pelo que não acha correcto que se esteja a discutir o que não está em ata, nem para o Senhor Deputado Novo de Matos, nem para ele próprio, nem para ninguém. A ata é enviada como projecto e as alterações deverão ser feitas antecipadamente. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho disse que ou se olha para a ata como ela está construída e é discutida como está, como se nada do que foi dito hoje terá algum efeito, ou então se terá de assumir que todas as deliberações serão tomadas hoje e não naquela assembleia. Fica uma ata sem “sumo”, mas acha que se deve aprovar a ata só no que diz respeito à exclusão dos pontos todos que se acabaram por votar. Ter-se-ia uma aprovação da ata no sobejante daquilo que já foi aprovado. Em termos do que a aprovação da ata cria efeito, sobra publicidade. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que admite que falem, na ata, algumas intervenções do Senhor Deputado Novo de Matos. Registou no entanto que o Senhor Deputado no passado recente formulou elogios às Atas desta Assembleia que lhe chegaram referindo-se à consistência de muitas delas. Mas as falhas que possam existir resultam da síntese que tem de ser feita e não de qualquer outra intenção, como o prova a ausência do seu elogio à proposta igualitária do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos mostrou intenção de apresentar uma proposta, apoiada na ideia do Senhor Deputado Umberto Leitão, que consiste na possibilidade de enviar a ata por email, principalmente aos Senhores deputados que residem longe de Manteigas, uma vez que para os restantes a entrega estaria facilitada. Salientou o facto que se recebesse a ata por email, a sua correcção seria rápida e devolveria em questão de minutos e, deste modo, não voltaria a reclamar a ausência das suas intervenções, pois teria mais tempo para pensar e fazer as rectificações. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concordou com o proposto dizendo parecer-lhe bastante razoável, até porque tal já aconteceu no passado e se tal for solicitado poder-se-á voltar a fazer. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado Paulo Costa começou esta sua intervenção dizendo que se deve respeito a quem elegeu os Senhores Deputados, pelo que não se pode estar em assembleias consecutivas a discutir atas durante tanto tempo. Dever-se-iam criar mecanismos para que as atas cheguem mais cedo aos Senhores Deputados, para que cada um as leia mais cuidadosamente e possa enviar quer seja por email ou por correio a sua correcção. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares começou por lembrar que havia sido proposto, mais que uma vez, que fosse enviado, em ficheiro informático, para que cada um pudesse enviar atempadamente as correcções, mas o facto é que se continua na mesma e espera que se resolva. Colocou a questão de não se poder aprovar a ata anterior com o texto com que está, porque não pode referir, por exemplo, na página cento e trinta e um, o segundo parágrafo diz: *“Não havendo mais ninguém que pretendesse usar da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.”* Se nesta reunião se repetiram as votações todas, este texto tem de ser retirado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu que o Senhor Deputado Nuno Soares tenha lembrado este aspecto, mas tinha começado por dizer que se algum dos Senhores Deputados levantasse alguma questão quanto ao aditamento de aprovação em minuta, combinado com os líderes dos grupos municipais, seria retirado da ata tal aditamento. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares disse, ainda, que mesmo a parte referente à votação tem de ser retirada, tem de passar a dizer que foi adiada para a presente reunião, porque ao ser novamente incluído na ordem de trabalhos e voltar a votar ponto a ponto, a votação de hoje é a válida. --- -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia reafirmou que essa será uma deliberação da actual sessão. As decisões tomadas anteriormente estão tomadas e não se pode passar um traço branco sobre o que aconteceu. Solicitou que não se continuasse a discutir este ponto, sob pena de se cair em discussão académica sobre questões jurídicas. -----

----- O Senhor Deputado Luís Direito, depois do Senhor Presidente da Mesa lhe ter dado a palavra, disse achar conveniente que se enviem as atas por e-mail, pois é um meio mais célere e permite, atempadamente, resolver alguns problemas. Acrescentou que, concordando com o Senhor Deputado Manuel Carvalhinho, a ata anterior fica efectivamente sem “sumo”, mas não se podem dissociar as duas atas, a do dia vinte e três de Dezembro e a que resultar da actual sessão. Lembrou que o proposto pelo Senhor Deputado Nuno Soares foi que se faça uma correcção pois o que houve foi o adiar da votação. Contudo, o que vai acontecer é que se vai votar algo que não se passou, porque vai ser deliberado nesta sessão. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia reafirmou que esse aditamento de que a aprovação foi em minuta é para ser retirado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado Luís Direito continuou dizendo que as intervenções que os Senhores deputados tiveram sobre este ponto, terão de constar na ata que for redigida. Relativamente às deliberações, salientou que, bem ou mal, elas foram tomadas. Mas o certo é que essa votação, irá agora ser ratificada, mas ninguém poderá dissociar as duas atas. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Soares afirmou que não valeria a pena votar a ata anterior até porque houve mais deputados que não receberam a ata, pelo que não se pode votar conscientemente. E como o “sumo” da ata tem praticamente um efeito nulo para a actividade da Câmara porque os pontos foram ratificados na presente sessão, propõe que esta ata seja votada na futura reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que esta é uma proposta legítima, mas a Mesa não a aceitará porque a situação é demasiado complexa e por isso se passará de imediato à votação da ata elaborada resultante da reunião de vinte e três de Dezembro, e na próxima sessão será votada a ata da sessão do dia de hoje. Posta a votação, o resultado foi o seguinte: aprovada por maioria com três votos contra, sete abstenções e nove votos a favor. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Soares apresentando declaração de voto, justificou o seu voto contra por achar que se votou algo que não está correcto, por ter menções que não correspondem à realidade do que aconteceu na assembleia e por não ter recebido a ata atempadamente. -----

-----PONTO DOIS QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS-----

Outras intervenções dos Senhores Deputados

----- Não tendo havido matéria para o ponto 2.3 da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por aberta a discussão deste ponto. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares interveio dizendo que esperava ver na ordem de trabalhos um ponto que seria a discussão do relatório da Câmara sobre o estatuto da oposição, que deveria ter sido entregue até trinta e um de Janeiro, segundo a lei, o que não aconteceu. Desconhece se houve lapso na distribuição ou se o mesmo relatório não foi feito. Caso não tenha sido feito, espera que seja agendado para a próxima sessão da assembleia. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Senhor Deputado Nuno Soares se queria invocar os pontos da lei que referiu. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares afirmou não saber no momento, mas que o estatuto da oposição diz que não tendo havido discussão com a oposição, nomeadamente do plano de actividades, tem de ser feito relatório sobre o que se passou. Não estando na ordem de trabalhos espera, ou pede, que seja agendado para a próxima sessão. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou se havia a certeza de que não tinha havido discussão com a oposição sobre o plano de trabalhos e das actividades. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares respondeu que com ele ninguém tinha discutido tais assuntos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Senhor Deputado Nuno Soares se quando se refere à oposição se está a referir à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares respondeu afirmativamente, desconhecendo se o Senhor Deputado Novo de Matos tinha sido abordado para discussão do assunto. -----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos disse que não. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia continuou dizendo que não tendo hipótese de invocar o artigo da lei, dificilmente se poderá discutir essa posição, além de que na Mesa ninguém é conhecedor da matéria. -----

----- O Senhor 1º Secretário Albino Cardoso acrescentou que não se lembra de que alguma vez essa questão tivesse sido discutida em reuniões da Assembleia, quer tenha sido por lapso ou por omissão. Mas que seria de “bom tom” que ao ser falado o assunto, a Mesa fosse alertada para essa situação, pois o desconhecimento não justifica a sua ausência e discussão, mas dentro do princípio da ética, do bom senso e do respeito que todos merecem, deveria ser falado de uma forma mais concreta, para que o assunto seja tratado com a dignidade que merece. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares afirmou a legalidade do estatuto da oposição, pelo que seria necessário consultá-lo e ver qual o relatório que deveria ser entregue. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a Mesa diligenciará nesse sentido de modo a resolver o problema. Far-se-ão as diligências necessárias, estudar-se-á o assunto para ver o que há a fazer para a próxima sessão. -----

ORDEM DO DIA

PONTO TRÊS, UM – A – INTRODUZIDO ANTERIORMENTE NESTA ORDEM DE TRABALHOS

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da Ordem de Trabalhos, devendo-se como atrás deliberado começar por votar a proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista. Para o efeito submetia à votação a proposta que lhe foi apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e que a Mesa subscrevia do seguinte teor: que sejam ratificados todos os atos da Câmara Municipal praticados desde a data da última Assembleia Municipal de 23-12-2010 decorrentes dos pontos 2.2 – 3.1 – 3.2 – 3.3 – 3.4 – 3.5 – 3.6 da respectiva Ordem de Trabalhos. Esta deliberação deverá ser aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a discussão sobre a proposta apresentada pelo Deputado Senhor Nuno Soares do Grupo Municipal do Partido Social-democrata, para que sejam votadas nesta sessão de Fevereiro e assim ratificadas as deliberações tomadas na sessão de Dezembro último desta Assembleia Municipal, nomeadamente as resultantes dos pontos 2.2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Ata da sessão de 24-09-2010; 3.1 - Aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso; 3.2 - Aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Manteigas; 3.3 - Autorização de alienação integral da participação financeira que a Câmara Municipal detêm na agência WRC – WEB para a Região Centro; 3.4 - Seguro de acidentes pessoal – Fixação dos valores para Membros dos Órgãos Autárquicos; 3.5 - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos 2010 – 1ª Revisão; 3.6 - Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2011 e seus anexos. -----

Posto à votação o ponto 2.2 - **Apreciação, discussão e votação da proposta de Ata da sessão de 24-09-2010** foi o mesmo aprovado por maioria, com treze votos a favor e seis abstenções. -----

Posta à votação a aprovação em minuta para produzir efeitos imediatos desta deliberação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Posto à votação o ponto 3.1 - **Aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso** foi o mesmo aprovado por maioria, com quinze votos a favor e quatro abstenções. -----

Posta à votação a aprovação em minuta para produzir efeitos imediatos desta deliberação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Posto à votação o ponto 3.2 - Aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Manteigas foi o mesmo aprovado por doze votos a favor, seis abstenções e um voto contra. -----

Posta à votação a aprovação em minuta para produzir efeitos imediatos desta deliberação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Posto à votação o ponto 3.3 - **Autorização de alienação integral da participação financeira que a Câmara Municipal detêm na agência WRC – WEB para a Região Centro** foi o mesmo aprovado por maioria, com onze votos a favor e oito abstenções. -----

Posta à votação a aprovação em minuta para produzir efeitos imediatos desta deliberação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Posto à votação o ponto 3.4 - **Seguro de acidentes pessoais – Fixação dos valores para Membros dos Órgãos Autárquicos** foi o mesmo aprovado com quinze votos a favor e quatro abstenções. -----

Posta à votação a aprovação em minuta para produzir efeitos imediatos desta deliberação foi a mesma aprovada por unanimidade; -----

Posto à votação o ponto 3.5 - **Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos 2010 – 1ª Revisão** foi o mesmo aprovado por maioria, com catorze votos a favor e cinco abstenções.

Posta à votação a aprovação em minuta para produzir efeitos imediatos desta deliberação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Posto à votação o ponto 3.6 - **Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2011 e seus anexos** foi o mesmo aprovado por maioria, com doze votos a favor, cinco abstenções e dois votos contra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Posta à votação a aprovação em minuta para produzir efeitos imediatos desta deliberação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

PONTO TRÊS, UM - APROVAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇOS NO COMPLEXO MULTIUSOS DA SOTAVE

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto seguinte: “Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Cedência de Espaços no Complexo Multiusos da SOTAVE”, que foi colocado a discussão. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho usou da palavra para dizer que, depois de ler o Regulamento, não lhe pareceu que estivesse mal elaborado, mas apresentou uma dúvida: como é que se articulam dois artigos. Como se articula o artigo décimo quarto, número quatro, que diz “aos arrendatários que requeiram o arrendamento por prazo superior a um ano será concedido um período de carência” e depois o décimo sétimo menciona uma caução doze vezes a renda mensal. Se não existe nenhum artigo que diga que o arrendamento seja feito pelo período mínimo de um ano, surgiu a dúvida de se estar a exigir uma caução de doze meses de renda, quando depois, se o contrato for de dois anos dá um ano de carência, questionou onde estará a carência, ou então como é que se define qual é o momento da apresentação da caução. Ou seja, se celebrar um contrato com a Câmara, contrato esse de dois anos, e o artigo décimo quarto, número quatro dá um ano de carência de rendas. Questionou, então, como se articularia que ao fazer o contrato tenha um ano de carência de rendas se depois terá de entregar uma caução no valor de doze rendas, segundo o artigo décimo sétimo. Onde está a carência? Continuou dizendo que entende a carência como uma ajuda, porque é o início de uma actividade, o início de uma laboração, um investimento, e se se dá um ano de carência, como é que se pode exigir um esforço financeiro de doze meses de renda em caução, pelo que parece que os interesses em causa são contrários. Ofereceu-se um ano de renda para alguém se instalar, mas, ao mesmo tempo, exige-se um ano de renda depositado no banco quando se instala. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que os conceitos são diferentes, pois uma coisa é a carência e outra é a caução. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho disse não discutir os conceitos, mas sim o “timing” de um e outro. Se disserem que a caução só tem de ser prestada quando começa o segundo ano, a seguir ao ano de carência, até entende. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que é uma interpretação que é possível e que até poderá ser adoptada. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara alertou para o facto de não se poderem aditar pontos ao regulamento, podendo apenas votar contra ou a favor. Continuou dizendo que o que se pretende com o período de carência é proteger os empresários nos primeiros tempos de início de actividade, uma vez que também têm obras a fazer. A caução existe porque este tipo de arrendamentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

assim o exige. Esta caução poderá ser prestada por diversas formas mas terá de ser feita no início da celebração do contrato, pois serve para suprir faltas no pagamento da renda. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho referiu que estava a colocar o pendor da carência de um ano num perdão que se dá ao investidor porque está em início de laboração, porque está numa fase de esforço financeiro muito grande. Se a pretensão da Câmara é a defesa do seu património e a eventual necessidade de reparação de algo, concorda. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que a caução seria exigível em qualquer circunstância, mesmo não havendo período de carência, seria uma obrigatoriedade de contrato. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho acrescentou que a caução pode ser prestada por depósitos de doze meses ou por garantia bancária, mas não existe nenhum banco que faça uma garantia bancária de doze meses de renda sem lá estarem os doze meses depositados. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Ferrão iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Relativamente aos contratos de arrendamento da SOTAVE, informou achar que as rendas são excessivamente caras, porque alguém que queira alugar um espaço com duzentos e cinquenta metros quadrados, vai pagar, mensalmente, uma renda de trezentos e setenta e cinco euros, pois poder-se-á estar a falar de um espaço que vai necessitar de obras a cargo de quem se instalar. Se se pedir um empréstimo bancário, provavelmente pagará uma renda mensal ao banco que será inferior a estes valores. Dever-se-ia pensar nestes valores, pois o principal objectivo destes arrendamentos do espaço da SOTAVE é ajudar a criação de emprego em Manteigas, a criação de empresas e não o lucro que a Câmara Municipal possa vir a ter com aquele espaço. Crê que a principal intenção é ajudar os empresários e as famílias do Concelho a criar emprego. Acreditando que o esforço financeiro da Câmara para aquisição do referido espaço tenha sido elevado, talvez fosse viável fazer um contrato com o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) ou outra entidade, para que esta renda possa ser paga por essas entidades, com vista a ajudar a criar emprego. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares disse que a sua intervenção seria mais de cariz político e por isso, a seu ver o Regulamento é demasiado simplista e poder-se-ia aproveitar a oportunidade para mostrar um caminho de investimento em Manteigas, em tecnologias diferentes daquelas que se tiveram no passado e que tiveram os maus frutos que agora se têm de “comer” em termos de desemprego e de baixa qualificação da população activa, pelo que acha ser uma oportunidade excelente para mostrar o caminho que se pretende a investidores de fora. É sua convicção de que se poderia ter ido mais longe em termos de disponibilização de infra-estruturas e outras neste complexo. Percebe que haja alguma urgência em que este Regulamento seja aprovado para permitir o funcionamento de algumas empresas que têm intenções de investimento e que espera, sinceramente, que se concretizem. Contudo, parece-lhe que se poderia dar um passo significativo e aproveitar este regulamento para mostrar um caminho diferente para Manteigas, embora todos continuem a achar que Manteigas vai viver do turismo, apesar de já ouvir isso desde que nasceu e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não querer morrer a ouvir a mesma história, por achar que Manteigas tem outro tipo de potencialidades, perfeitamente desaproveitadas, por não haver visão para se aproveitarem. Referiu que tem a certeza que haverá empresas interessadas em investir em Manteigas, nestas instalações, com um tipo de vantagens que poderiam ser proporcionadas, mas que este Regulamento, por ser redutor, não permitirá.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que o Senhor Deputado Nuno Soares, com esta intervenção, não conclui que o Regulamento impeça que essas empresas venham para Manteigas. Ou seja, não alicia mas não impede. Solicitou que o Senhor Presidente da Câmara desse alguns esclarecimentos sobre esta matéria, lembrando que este assunto esteve em discussão pública, pelo que a competência da Assembleia, neste momento, é a de aprovar ou rejeitar, pois as alterações deveriam ser feitas quando o regulamento esteve em discussão pública.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara usando da palavra referiu que a opinião do Senhor Deputado Carlos Ferrão em relação aos preços por metro quadrado é respeitável e concorda que qualquer pagamento que um empresário tenha de fazer é um encargo e que pode impedir uma mais rápida evolução das empresas, mas não poderia ser gratuito. Acrescentou que para se chegar a este valor, foram consultados outros regulamentos de outras Câmaras, quer no arrendamento de pavilhões com melhores condições para a instalação de empresas que a SOTAVE, pois a construção da SOTAVE foi evoluindo, foram-se complementando em patamares sem alguns terem acesso automóvel e o acesso de mercadorias, em alguns casos, nalgumas áreas, fazia-se de piso a piso por monta-cargas e agora nada disso existe, havendo apenas os buracos. Mas entendeu-se que não se poderia cobrar o mesmo que outras Câmaras fixam, em termos de renda, para pavilhões com melhores condições e por isso, houve uma grande redução em relação às verbas de outros municípios e assim sendo, acha que uma renda de trezentos e setenta e cinco euros por duzentos e cinquenta metros quadrados não é significativa, em termos de instalações industriais, acreditando que houve a preocupação em reduzir significativamente os custos. Também se discutiu a forma como a Câmara se deveria ressarcir das verbas que está a despender, ou que despendeu, com a compra da SOTAVE e, porventura, com algumas infra-estruturas que poderá ter de remodelar naquele espaço, como foi sugerido e discutido por todos os Senhores deputados. Mas não foi essa a intenção objectiva e primária da Câmara, ou seja, fazer com que os industriais e empresas que ali se fixem paguem, de imediato, aquilo que a Câmara pagou pelas instalações da SOTAVE. Se se reparar no escalonamento dos preços, é perfeitamente aceitável, porque à medida que aumenta a área, assim reduz, significativamente, o preço por metro quadrado para se não chegar a valores exorbitantes, pelo que lhe parece que os valores são aceitáveis. Quanto aos apoios às empresas, disse que somente as empresas se podem candidatar a determinados apoios, mesmo aos da Câmara, uma vez que tem mecanismos de apoio à fixação de empresas que vêm já de mandatos anteriores e aos quais os empresários podem recorrer, quer na criação de postos de trabalho, quer na fixação da própria empresa em Manteigas. Relativamente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Deputado Nuno Soares, disse ter percebido tratar-se de uma intervenção política e que também lhe poderia dar uma resposta política. Quando referiu que se poderia ter ido mais além, que é demasiado simplista, questionou como é que fora no passado quando a Fábrica do Rio estava destinada à fixação de empresas, quantas lá entraram, que remodelações tinham sido feitas e, segundo o anterior Executivo, havia empresas com intenções de se lá fixarem. Será que foi menos simplista? Foi mais além? Que potencialidades tem o Concelho e como devem ser aproveitadas? Como é que foram aproveitadas no passado? Lembrou ao Senhor Deputado Nuno Soares que já nesta altura fazia parte da Assembleia e nunca o ouviu dizer que era necessário aproveitar as potencialidades do Concelho. Esta é a sua resposta política. Reconheceu que o Regulamento apenas refere o fraccionamento e cedência de espaços em regime de arrendamento. Mas há também um projecto, algo ambicioso, que é a mudança para aquela empresa do ninho de empresas que estava previsto para a Fábrica do Rio. O projecto está feito, assim como a candidatura, pelo que se está à espera que chegue a resposta de já haver financiamento para se poder arrancar com a obra. Será um local onde, de facto, se poderão instalar empresas, com condições dignas, com equipamento digno. Referiu que a intenção também é modernizar, não aproveitando apenas parte das instalações da SOTAVE para fixar as empresas nos espaços que estão disponíveis e nas circunstâncias em que eles existem, mas também na alteração das características de alguns espaços para dar dignidade às empresas que se queiram fixar. Saliu a intenção de “vender” estes espaços á UBI (Universidade da Beira Interior), ao Instituto Politécnico à procura de empreendedores jovens que queiram criar empresas e necessitem de espaços. Tendo espaço em Manteigas, então que as criem no Concelho, sendo esta a expectativa e projecto para a SOTAVE, mas que será discutido mais vezes nesta assembleia. No que diz respeito às intenções de fixação de empresas, referiu que existem vários pedidos, tendo a consciência de que alguns não se concretizarão. Acrescentou que, pretendendo ir mais além nas pretensões do Concelho, recorreu-se à Secretaria de Estado da Energia, como potenciais investidores, que se tivessem a criação de vinte mega watts de exploração da eólica e foto-voltaica no Concelho de Manteigas, poderiam instalar na SOTAVE, uma central de armazenamento de energia, de electricidade contínua. Disse ainda que não está descartada esta hipótese, mas depende da abertura de um concurso que o Estado promova para vinte mega watts a ligar a Belmonte ou a Celorico da Beira. E se tal acontecer, a empresa virá para Manteigas, referindo que se está a olhar para o futuro, não estando parados e com atenção às potencialidades do Concelho.-----

----- O Senhor Deputado Paulo Costa disse que o maior lucro ou proveito das instalações da SOTAVE será o da contribuição para a criação de emprego, pelo que acha que deveria haver empenho de todos nesse sentido, exortando o Senhor Deputado Nuno Soares a expor as suas ideias. -- -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares agradeceu a oportunidade de voltar a rebater aquilo que, politicamente, havia dito ao Senhor Presidente da Câmara e respondendo directamente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Deputado Paulo Costa disse que a haver algum convite, ele deveria vir do Executivo e não da bancada do Partido Socialista. Lembrou que o Regulamento foi elaborado pelo Executivo e no dia em que foi aprovada, na Assembleia, a compra da SOTAVE, se tinha disponibilizado e chegou a dar algumas sugestões, dando como exemplo a recuperação que a Câmara de Oeiras tinha feito da Fábrica da Pólvora de Barcarena e outras, concordando que não teriam de ser seguidas. Afirmou que, caso o Executivo estivesse interessado no seu contributo, quando o regulamento foi pensado, e se lhe tivesse sido remetida uma cópia, não teria dificuldade em dar algumas sugestões e não vendê-las como alguns pretendem fazer. Não teria dificuldade em dar sugestões até porque conhece vários parques industriais feitos recentemente que utilizam ideias completamente diferentes da que está a ser implementada e talvez seja por isso que alguns têm resultados e outros não e a diferença entre os dois pode ser uma coisa muito simples. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que nunca fez parte do Executivo e que faz parte da Assembleia há cinco anos e meio e como Membro dessa Assembleia a sua função é fiscalizar a acção do Executivo, não é executar, garantindo que se algum dia estiver nessa posição terá ideias próprias e as colocará em prática e não seriam as que foram feitas até agora e muito menos as que estão a ser executadas no momento, mas que poderia estar descansado pois não pretendia o seu lugar.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse haver alguma confusão por parte do Senhor Deputado Nuno Soares apesar de manifestar boa vontade em colaborar. Continuou dizendo que o regulamento para a utilização não é aquilo que define a visão estratégica do que se quer para um complexo daqueles, que tem de ser promovido para atrair empresas que possam vir para o Concelho. A menção dos montantes e demais itens será aquilo que tem de existir necessariamente num regulamento. Se se enveredar por um caminho em que se promova aquele espaço, a oferta de colaboração do Senhor Deputado Nuno Soares será bem recebida. Salientou que o regulamento é um documento jurídico e que tem a ver com a contratação entre as partes. Poderá dar algum contributo para a visão estratégica mas não é ele que irá aliciar as novas tecnologias dos exemplos referidos pelo Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondendo de forma directa ao Senhor Deputado Nuno Soares, disse que, ideias já tinham sido demonstradas algumas. A intenção é a de fazer um pólo de fixação de pequenas e micro empresas com condições e com qualidade nas instalações na parte administrativa, porque as outras, como poderá demonstrar com as plantas e uma visita ao local, ou se faz uma demolição completa para se qualificar aquele espaço ou se subdivide e se aproveita alguma resistência das paredes e espaços disponíveis para os empresários poderem fazer algumas remodelações e instalarem-se. Acrescentou que quando disse ao Senhor Deputado Nuno Soares que já no passado fazia parte da Assembleia, não o havia visto a tecer as considerações sobre as potencialidades do Concelho, mas ainda se está a tempo de discutir as questões e chegar a consensos. Quanto à disponibilidade demonstrada pelo Senhor Deputado para ajudar a resolver a questão da SOTAVE, no que diz respeito à instalação de empresas e porventura à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

remodelação daquele espaço, reconhece que não recorreu aos serviços do Senhor Deputado, mas recorreu-se à opinião de todos os Senhores Vereadores da Câmara Municipal e todos tinham sido unânimes em votar o regulamento presente, além de terem participado na sua elaboração, pelo que deram uma colaboração activa e importante para se chegar a este documento final. -----

----- O Senhor Deputado António Júlio disse que aquando da proposta de aquisição da SOTAVE, fez a sua intervenção pela qual foi criticado, mas parece-lhe que a razão o veio assistir. Ou seja, talvez não fossem aqueles os bens mais imediatos necessários ao Concelho, não pondo em causa que viriam a ser necessários, mas não eram os mais imediatos. Acrescentou que se o objectivo era conquistar e hipotecar os vindouros que virão para esta Câmara, torna-se evidente que o processo foi mal lançado e se o objectivo era distribuir dinheiro por quem mais necessitava, porque se sentiam prejudicadas por terem sido despedidas e não tinham recebido um valor justo. Quanto ao Senhor Presidente ter dito que havia empresas interessadas, o facto é que nada tem acontecido, pelo que ou anda “de olhos vendados” ou então foi enganado, quando lhe foi dito que havia empresas interessadíssimas e que seria objecto imediato de aquisição, para que tal fosse votado, com uma hipoteca de vinte anos. No seu modo de ver este assunto, não se trata de política mas do que será melhor para Manteigas, se se quer pagar favores a alguém ou se queremos o bem do Concelho e nesse aspecto diz-se muito desiludido porque não foi isso que foi argumentado há uns meses atrás, que aquilo era para funcionar e agora vem dizer que só há paredes. Isso é do conhecimento geral e por isso não veio “descobrir a pólvora” e lamenta que sorria de uma maneira que pensa ser de pura hipocrisia, mas solicita uma explicação com respeito porque também o merece. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Deputado dizendo que tem uma classificação para aquilo que foi dito mas que se recusa a dizer qual é. Continuou afirmando que o Senhor Deputado deve saber como é que se instalam empresas, como são captados financiamentos, que são precisos projectos, é preciso conceber projectos quer para candidatura quer para construção ou reconstrução para a instalação de empresas. Mostrou pedidos da Bylimpo, da firma Rei Preto, da Manteivias, de Armando Carvalho Soares, dos Sabores Altaneiros que pedem trezentos metros mais duzentos e cinquenta e mais três mil e seiscentos, pelo que questionou se o Senhor Deputado acha que é a Câmara que vai instalar as empresas. Serão os titulares dos requerimentos mostrados. Pediu algum tempo, solicitando ao Senhor Deputado, que demonstra muita pressa, lhe dissesse com que velocidade se desenvolveram os processos em Manteigas, porque alguém prometeu instalar empresas na Fábrica do Rio e agora já há pedidos de instalação para a SOTAVE. Alguém prometeu comprar a SOTAVE e o actual Executivo comprou a SOTAVE e já tem o regulamento aprovado e tem pedidos de instalação de empresas. Mas não se pode pretender que os empresários andem mais rápido que as instituições que apoiam as empresas e que definem a concessão de financiamento. Continuou dizendo que o Senhor Deputado António Júlio foi algo inconsciente ao fazer as afirmações que fez e que não está para fazer favores a ninguém,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

mas para tratar toda a gente com justiça e olhar pelo desenvolvimento do Concelho de Manteigas, pelo que o Senhor Deputado foi injusto nas afirmações proferidas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o regulamento, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com seis abstenções e treze votos a favor. -----

PONTO TRÊS, DOIS - APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO REGISTO DE INTERESSES A QUE SE REFERE O ARTIGO 7º - A DA LEI 28/95 DE 18/2008, CUJA CRIAÇÃO NAS AUTARQUIAS É FACULTATIVA.

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberto o debate para este ponto da Ordem de Trabalhos, dando um esclarecimento prévio. Lembrou que foi uma matéria apresentada na Assembleia anterior como uma recomendação da inspecção do IGAL, com a indicação de que era facultativa. Face à receptividade manifestada pela Assembleia, a Mesa diligenciou, com a colaboração da advogada da Câmara Municipal, um projecto que foi apresentado. Contudo, se se reparar no ponto da ordem de trabalhos, é referida apenas a apreciação, porque a matéria, sendo demasiado complexa e sensível, como consta do exemplo retirado da net de um Senhor Deputado da Assembleia da República, é de difícil discussão numa assembleia alargada e poderá haver algum desajustamento do exemplo distribuído, que poderá ser alterado ou nem sequer ser aplicado por ser facultativo. Referiu ainda que de acordo com a proposta final que está na proposta de regulamento, de ser o Presidente da Assembleia a receber e registar, não ser do seu interesse proceder a este registo e a esta recepção das declarações. Esclareceu que, no rigor da Lei, até um simples depósito a prazo obrigaria à declaração do registo de interesses. -----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos lembrou que havia feito a proposta que este assunto fosse colocado como ponto da ordem de trabalhos normal da actual Assembleia, o que foi aceite. Mencionou ser altamente positivo e demonstrar grande transparência trazer à Assembleia a discussão desta proposta de regulamento do registo de interesses, que existe em todas as actividades em que possa haver interesses, pois também na sua actividade profissional tem de esclarecer não haver relações com empresas privadas. Assim sendo, acha que a nível de Assembleia Municipal se torna mais importante, porque independentemente de ser um meio que não é muito grande, pode haver conflito de interesses. As pessoas poderão estar na Assembleia a tentar puxar a “brasa à sua sardinha” e a defender os seus interesses e os da sua casa e por isso acha que é correcto que tal seja feito, lançando o repto para que seja aprovado. Quanto ao conteúdo do documento, disse querer dar os parabéns a quem escreveu a proposta de regulamento, porque, com base na Lei original, é bastante diferente mas é adaptável e está muito bem adaptado à realidade autárquica. Apesar de não perceber de leis, acha que está muito bom. Poderia ajustar e colocar o prazo que poderia ser de trinta dias, no máximo, a partir do momento em que entra em funcionamento uma assembleia, para que haja um prazo de cobertura de “ilegalidades”, de conflito de interesses. Saliu o artigo quinto que declara a existência de interesse particular, referindo que também depende da grande honestidade das pessoas que fazem a declaração, pois nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

meios maiores os membros da assembleia até podem esconder os interesses pessoais, o que não acontece neste caso porque todos se conhecem minimamente. Este regulamento mostra um grande avanço político da Assembleia Municipal e do Concelho e por isso propõe que este regulamento entre em vigor imediatamente após a sua aprovação, apesar de serem necessárias pequenas alterações e correcções. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares discordou da opinião do Senhor Deputado Novo de Matos e disse não concordar com o registo de interesses nos termos propostos, uma vez que este ponto aparece na sequência de uma recomendação do Senhor Inspector relatada no respectivo relatório. Não podendo revelar o conteúdo do relatório, que leu, constatou que o que é mencionado não é uma obrigatoriedade e o modo como está no relatório não apresenta qualquer fundamentação, pelo que o registo de interesses aparece naquele documento como “uma coisa caída do céu”, de igual modo como aparece agora nesta Mesa. Lembrou os presentes que o artigo cinquenta e nove do Regimento da Assembleia Municipal e que consta da Lei, diz: *“Nenhum membro da Assembleia pode intervir em procedimento administrativo ou em acto de direito público ou privado...”* em que tenha interesse. Ou seja, a própria Lei já impede que os membros da Assembleia discutam e votem tudo o que lhes diga interesse, pelo que coloca a questão de modo contrário à ideia inicial: “porque é que eu tenho que dizer a toda a gente os investimentos financeiros que faço?” Elucidou que não tem nada a esconder, até porque o Senhor Ministro das Finanças e o seu Director-Geral, que além de serem seus patrões, também têm conhecimento da sua vida privada, em termos financeiros, porque tem de declarar, anualmente, as mais-valias ou menos-valias que teve, pelo que está tudo devidamente registado e essas declarações serão sempre uma garantia do que aconteceu, não compreendendo porque é que se terá de preencher o mesmo papel e que obriga a constante actualização. Não querendo levantar suspeitas de ninguém afirmou que todos sabem como são guardados os segredos na administração pública, pelo que não lhe custa admitir que depois de entregues as declarações ao Senhor Presidente, as mesmas não andarão no seu bolso de modo a que estejam guardadas, deixando-as arquivadas nas instalações da Assembleia Municipal, correndo o risco de circularem algumas fotocópias das respectivas declarações. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que isso é um anátema sobre os funcionários da Câmara que estão a dar apoio à Assembleia. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares continuou dizendo que não estava a dizer que tal aconteceria e que o Senhor Presidente da Câmara entenderia como quisesse e questionou porque é que a declaração enviada pelo Senhor Presidente da Câmara é enviada para o Tribunal Constitucional e não fica na Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Deputado Nuno Soares afirmando que essa declaração até poderia estar num dossier pessoal no arquivo da Câmara Municipal, facto que o Senhor Deputado desconhece. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado Nuno Soares disse que não deveria estar. Concluiu reafirmando que não compreende a lógica, uma vez que a Lei não o impõe e a única imposição legal é a de se ter restrição nos assuntos que digam respeito directo aos Senhores Deputados, não vindo necessidade de voltar a expor aquilo que poderá ser privado. -----

----- O Senhor 1º Secretário Albino Cardoso interveio no debate afirmando que não iria tão longe como o Senhor Deputado Nuno Soares foi, ainda que em termos genéricos e abstractos. Também reconheceu e entendeu que a intervenção feita não teve como objectivo atingir ninguém, mas que subscreve o restante da sua intervenção. Não sabendo se estão presentes empresários com ligações a Manteigas ou à autarquia, disse que todos são trabalhadores por conta de outrem pelo que não se pode fugir a nada e todos os passos são seguidos. E se se deslocarem para outras zonas do país, é fácil saber por onde se andou, porque se utilizam cartões, ou se passa na portagem, etc. Mas em Manteigas toda a gente se conhece e não existe qualquer tipo de envolvimento, nem qualquer tipo de intenção ou até de hipotética sonegação de informação porque todos sabem o que se passa, pelo que todas as relações são perfeitamente compreendidas e aceites como naturais no desempenho das funções, que também são controladas na autarquia, com as senhas de presença que são pagas. Assim sendo, não vê da necessidade de se estar a aprovar um regulamento deste género, nem da própria implicação em termos de desempenho autárquico, porque a própria Lei já salvaguarda essa situação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia retomou a palavra para dar a sua opinião pessoal sobre o assunto. Relembrou que o exemplo distribuído é desajustado mas foi o mais próximo do rigor da Lei e ainda assim não a cumpre inteiramente. Elucidou que o número dois do artigo sétimo A da Lei 28/95 diz que *“o registo de interesses consiste na inscrição em livro próprio, de todas as actividades susceptíveis de gerarem incompatibilidades ou impedimentos e quaisquer actos que possam proporcionar proveitos financeiros ou conflitos de interesses”*, pelo que até os depósitos a prazo têm de ir para a declaração. Na sua opinião, a adaptação do presente regulamento não é fácil de ser discutida. Reconhece que, em assembleias de composição mais alargada em que os membros não se conheçam, possa haver interesse de empresários, possa ser necessário este tipo de registo. Além disso, teve o cuidado de se informar se o registo está em aplicação em alguma Assembleia Municipal do país e constatou que nenhuma Assembleia Municipal tratou de criar este registo de interesses e que apenas a Câmara Municipal de Espinho nomeou uma comissão para elaborar o regulamento para esse efeito e essa comissão foi inconclusiva e não chegou a qualquer regulamento e não tem, até à presente data, qualquer aplicação. -----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos disse que se se observassem todos os pontos do registo de interesses constata-se que não “é nada demais”, porque solicita a identificação, actividade principal, estado civil, regime de bens, cargo que exerce, actividades públicas ou privadas, exercício liberal e até aqui não viu qualquer alteração à privacidade das pessoas. No campo dos cargos sociais, de cariz gratuito, também não constatou que houvesse algum tipo de interferência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

na privacidade de cada um. E continuou enumerando os pontos constantes da declaração de interesses, reafirmando que os itens constantes na declaração não parecem ser complicados tendo em conta a realidade da Assembleia e Câmara Municipal de Manteigas. Concluiu dizendo que, apesar de não ser obrigatório, acha ser uma ideia muito interessante e a Assembleia Municipal de Manteigas poderia ser inovadora neste aspecto e seria um sinal de modernidade. Referiu que se este registo já estivesse em funcionamento, ter-se-ia poupado muito tempo na discussão sobre a acumulação de funções que se teve em diversas reuniões.-----

----- O Senhor Deputado Paulo Costa salientou que o documento em discussão em nada interfere no bom ou mau funcionamento da Assembleia Municipal, até porque é facultativo e existem outros mecanismos, nomeadamente o regulamento interno e a Lei 169 que controla o conflito de interesses da actividade como deputados e ao transportar o regulamento para a realidade do contexto local de vila pequena em que nenhum dos Senhores deputados é empresário e se algum conflito existir será por fazerem parte de alguma associação local cujos subsídios atribuídos terão a ver com o Executivo e não com a Assembleia. Assim sendo, conclui que este regulamento não é fundamental para o bom funcionamento da Assembleia.-----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho acha que é um regulamento irrelevante porque foi feito um juramento pelos Senhores Deputados que pela sua honra exercerão as funções para as quais foram nomeados e, assim sendo, está tudo dito.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que tendo sido apreciado, questionou se alguém queria formular uma proposta concreta, quer para a criação de uma comissão ou para aprofundamento do assunto.-----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos referiu que depois de ter escutado os intervenientes e pela sensibilidade mostrada, acha que não é necessário aprofundar a questão, apesar de não se terem manifestado todos os Senhores deputados, mas como se pronunciaram elementos dos dois partidos maioritários, parece-lhe que é consensual que este tipo de regulamento e registo não terá grande interesse. Apesar de ter sido o único a defender os documentos, aceita o facto de ser minoritário e como tal não apresentará nenhuma proposta.-----

----- O Senhor 1º Secretário Albino Cardoso solicitou a palavra para fazer um pequeno esclarecimento e mencionou que na empresa para a qual trabalha já é obrigado a declarar tudo e por tal não vê necessidade de se estar a repetir, até porque com a entidade tem uma relação directa e diária enquanto que tal não acontece com a Assembleia Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que perante as intervenções havidas não se iria instituir o Registo de Interesses.-----

PONTO TRÊS, TRÊS – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MANTEIGAS, A QUE SE REFERE A ALÍNEA 2) DO ARTº 32º DO ANEXO DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO Nº 147/99 DE 01/09



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia sobre este ponto deu a palavra ao Senhor Deputado Nuno Soares. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares usando da palavra esclareceu que havia alguma incorrecção na forma como o ponto de ordem tinha sido incluído na convocatória pois não seria apresentado o relatório de actividades, esse é um documento burocrático que já foi remetido à Mesa da Assembleia no prazo previsto na lei e que pode ser consultado pelos interessados mas, o que se pretendia fazer era uma apresentação da própria comissão e das suas incumbências, sob o pretexto da apresentação do primeiro relatório de actividades e pelo facto de ter passado um ano desde que a Assembleia elegeu os representantes e o Senhor Presidente da Comissão Nacional se deslocou a Manteigas e procedeu à instalação da CPCJ de Manteigas. -----

O Senhor Deputado apresentou um conjunto de diapositivos onde foram focados o enquadramento legal da CPCJ e as suas atribuições bem como do papel da Comissão Nacional e da Câmara Municipal enquanto entidade responsável por proporcionar os meios necessários à prossecução dos objectivos da CPCJ. Explicou também quando se considera que uma criança ou jovem está em perigo ou em risco e os princípios da intervenção para salvaguarda ou reposição de direitos afectados. -----

O Senhor Deputado falou ainda do funcionamento da CPCJ, referindo que esta se divide em duas modalidades, a alargada e a restrita e demonstrou quais os poderes e a forma de funcionamento de cada uma delas, explicando, entre outros, que a restrita nasce no seio da alargada por escolha de membros desta e é a essa comissão restrita que cabe a condução dos processos que cheguem à CPCJ, sendo que apenas esses elementos conhecem os casos concretos de necessidade de intervenção e as pessoas envolvidas. Esta confidencialidade dos processos tem em vista a salvaguarda integral da privacidade das crianças envolvidas. A comissão restrita funciona em permanência, garantindo por diversos meios o atendimento aos interessados 24 horas por dia, 7 dias por semana. -----

Foi ainda pelo Senhor Deputado descrita a constituição da CPCJ de Manteigas, tanto a nível das entidades que a integram como das pessoas que representam cada entidade. -----

Terminada a intervenção disponibilizou-se para responder a perguntas dos Senhores Deputados tendo sido interpelado pelo Senhor Deputado Novo de Matos sobre quantos processos já tinham sido tratados ou existiam em tramitação, tendo respondido que até ao momento, felizmente, ainda não tinha havido necessidade de abrir formalmente nenhum caso, embora já tenha havido algumas intervenções informais que resolveram os problemas surgidos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, após a apresentação efectuada pelo Senhor Deputado Nuno Soares, lembrou os presentes que, apesar de o relatório ainda não mencionar qualquer caso em Manteigas, têm enquanto Deputados municipais uma obrigação acrescida para que quando tenham conhecimento de alguma criança em risco o dever de o comunicar à Comissão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Antes de passar à apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara, propôs a introdução na Ordem de Trabalhos da proposta apresentada na Mesa pelo Senhor Deputado Novo de Matos de que as deliberações desta Assembleia que forem votadas sejam sempre aprovadas em minuta para produzir efeitos imediatos. Posta à votação foi a inclusão na Ordem de Trabalhos desta proposta aprovada por unanimidade. Perante tal deliberação foi de imediato aberta a discussão sobre a proposta que se transcreve:

Proposta

“Proponho que todas as decisões desta Assembleia Municipal que forem votadas favoravelmente, sejam aprovadas em minuta para produzir efeitos imediatos, para se flexibilizarem mais as práticas decorrentes das decisões tomadas.”

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Deputados se queriam manifestar alguma opinião ou prestar qualquer esclarecimento. Não havendo ninguém inscrito, passou-se de imediato à votação da proposta, tendo obtido o seguinte resultado: aprovada por maioria com a abstenção do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que justificou a sua abstenção com a seguinte declaração de voto: *“Abstive-me porque considero que idêntico objectivo podia ser alcançado com mais rigor passando a incluir na ordem de trabalhos, a necessidade da aprovação em minuta dos pontos que assim o deveriam ser”*. -----

----- PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-----APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para fazer uma pequena correcção: pedindo ao Senhor Presidente da Mesa que lhe permitisse que proponha aos Senhores Deputados a substituição do documento “dívida por entidade credora para dois mil e onze”, porque o que os Senhores Deputados têm na sua posse é a relação das ordens de pagamento já emitidas, estando em falta as facturas cujas ordens de pagamento não estão emitidas, pelo que os valores finais não são os corretos. Após este comentário, foi distribuído novo documento aos Senhores Deputados de modo a anular e a substituir o anterior. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares referiu querer fazer duas constatações e um pedido. A primeira constatação é a de que, apesar de ter dito há algum tempo atrás que esperava pacientemente pela alteração do modelo, que tão criticado fora anteriormente e que lhe parece já se terem esquecido, continua à espera pela alteração do modelo. A segunda questão que queria colocar tinha a ver com os valores, mas como a listagem que lhe chegou tira algum do impacto e tirou alguma alegria ao Senhor Presidente e a si próprio, não tecerá qualquer comentário. Relativamente ao pedido que queria formular, disse que não é nada de novo porque era prática, no mandato anterior, e até por sugestão do Senhor Deputado Albino Cardoso, que houvesse junto da informação, umas fichas das obras consideradas “grandes” do Concelho. Essas fichas mencionariam a fase em que se encontravam e que permitiria acompanhar em macro aquilo que a Câmara ia fazendo em cada um dos processos. Deu o exemplo do Complexo Aquático das Caldas, mencio-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nado na página três e referiu que com a elaboração da tal ficha poder-se-ia seguir o evoluir do processo, sem ter de ser muito minucioso e colmatavam as falhas que o modelo apresentado possui. Acrescentou que, nas sessões seguintes, seria dada a actualização das fichas das obras e assim acompanhar a evolução, ou não, dos processos. Reafirmou que estas fichas seriam feitas apenas para as obras consideradas essenciais e estruturantes para o Concelho. -----

----- O Senhor Deputado Umberto Leitão confrontou o Senhor Deputado Nuno Soares com o facto de o modelo da informação ter sido aceite durante dezasseis anos porque não haveria de continuar como está. Aceita que seja necessário alterá-lo mas acha que não é coerente, vindo da parte do PSD, este pedido. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse ter percebido a mensagem do Senhor Deputado Nuno Soares e acrescentou ter havido alterações no documento em relação ao que era habitual, pois não são apresentados da mesma forma e por possuírem mais informação. Referiu que se poderia colocar um funcionário da Câmara para reunir toda a informação e fotocopiar todos os processos. Enumerou, como exemplo, o Projecto de Aproveitamento Energético que está em execução física e financeira, reprogramação da taxa em oitenta por cento de co-financiamento; Centro Interpretativo e de Sensibilização Ambiental (Fábrica do Rio) em análise no MaisCentro; Apoio à Visitação do Sítio Serra da Estrela, Concelho de Manteigas em execução física e financeira; Criação do Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere, Turismo de Portugal, aprovado e em execução; Festival Serra da Estrela 2011, Manteigas, em análise no Turismo de Portugal, etc. Ou seja, está enunciado em que fase é que se encontram. Questionou o Senhor Deputado Nuno Soares se o que pretende é que por exemplo na execução financeira seja informado da percentagem que já se encontra executada, ou em termos de extensão quantos quilómetros ou quantos metros já estão feitos. Se assim for, terá de se colocar o departamento técnico a fazer esse trabalho, desde que se aumente o quadro de pessoal e se coloquem mais técnicos na Câmara. Mas salientou que não existe informação escondida. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares dirigindo-se directamente ao Senhor Presidente da Câmara, disse não querer que haja aumento de custos para a Câmara com esta situação, até porque os técnicos de hoje são os mesmos que existiam há ano e meio atrás e essa informação era prestada. E como os Senhores deputados poderão comprovar pelos documentos que tenham em casa arquivados, as fichas estão anexas às informações e nessas fichas é acrescentada uma linha onde, em cada assembleia, era mencionado que tipo de alterações tinha ocorrido. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara reafirmou que os documentos actuais têm mais informação, porque há projectos e candidaturas feitas e a maior parte delas está aprovada e é essa informação que mais interessa ao Concelho do que o que habitualmente vinha à Assembleia Municipal. -----

-----**PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS**-----

-----**APRECIÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Deputado Umberto Leitão solicitou ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que tivesse em consideração, com o decorrer da discussão, do surgimento de novas questões sobre as quais se possa achar oportuno intervir, que era o que pretendia ter feito anteriormente. E continuou dizendo pretender dar algumas informações ao Senhor Deputado António Júlio que, politicamente, fez uma intervenção que pretende corrigir. Parece-lhe que o Senhor Deputado António Júlio não tinha sido coerente consigo mesmo pois também ele votou favoravelmente a compra da SOTAVE e a sua intervenção anterior não foi enquadrada com este aspecto. Quanto à votação de hoje do regulamento, reparou que o Senhor Deputado se tinha abtido e se fosse coerente teria votado contra. Questionou ainda o Senhor Deputado sobre as suas pretensões com o actual Executivo, cuja actividade é de um ano e quatro meses e que enumerasse os interesses mais prioritários para o Concelho que referiu na sua intervenção. No seu ponto de vista a criação urgente de emprego é um aspecto prioritário. -----

-----O Senhor Deputado Alfredo Marcelo dirigindo-se directamente ao Senhor Presidente da Câmara, solicitou esclarecimentos sobre o que se passou na reunião sobre as Águas do Zêzere e Côa, uma vez que leu muita informação na comunicação social. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que continuaria com as intervenções dos Senhores deputados e que o Senhor Presidente da Câmara faria uma resenha no final. -----

-----O Senhor Deputado Paulo Costa disse querer falar sobre duas questões que têm a ver com a qualidade de vida a nível urbano. E questionou o Senhor Presidente da Câmara se voltaria a colocar flores, como foi feito no ano anterior e que achou ser uma boa ideia, mostrando-se disponível, enquanto Presidente de Junta, para colocar os meios nesses serviços. Outro assunto que gostaria de referir é o de que lhe tem chegado alguma informação sobre vários canídeos à solta na rua, que deambulam sem o acompanhamento do dono, colocando em perigo os outros utentes da via pública. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Soares começou por referir que no âmbito da CPCJ houve uma reunião com técnicos da Comissão Nacional no dia dezassete de Janeiro, acerca do projecto-piloto de revitalização das comissões alargadas e resultou do desenvolvimento de reuniões anteriores, pelo que não haverá nada a acrescentar. Continuou com uma questão ao Senhor Presidente da Câmara sobre legislação que limita uma zona de protecção aos depósitos de água para consumo humano e não sabe se o Senhor Presidente ou a Câmara têm conhecimento do chamado depósito do Cerro em Sameiro, onde se verificam obras quase encostadas ao depósito. Obras essas que desconhece estarem licenciadas ou não por não haver qualquer placa de licenciamento. Não pretende que lhe seja dada resposta no imediato, mas agradece que o Senhor Presidente da Câmara mande verificar se as obras estão licenciadas e se as mesmas respeitam a delimitação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Senhor Deputado Nuno Soares se as obras seriam particulares.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares respondeu que lhe pareciam ser particulares. Relativamente à questão que pretende colocar ao Senhor Presidente da Mesa, esta prende-se com o facto de não lhe ter chegado a informação por si solicitada em assembleias anteriores, pelo que agradece os melhores esforços do Senhor Presidente da Mesa.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Senhor Deputado Nuno Soares quais as informações solicitadas e que ainda não lhe haviam sido entregues.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares respondeu, que assim de repente, se lembra de ter solicitado cópia da documentação que serviu de base à compra da SOTAVE, mas há outros e poderá verificar aqueles que ainda não foram devidamente respondidos e adiantou que a informação que lhe foi entregue, na última assembleia, acerca das contas, não é a que foi pedida, pelo que fará chegar novo pedido ao Senhor Presidente da Mesa, reformulando a questão colocada.---

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pediu que acrescentasse o da compra da SOTAVE, pois não tem qualquer documento com essa solicitação.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares disse que isso foi requerido na assembleia e que está em ata.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou não ter qualquer documento nesse sentido e pediu o favor ao Senhor Deputado que ao reformular o pedido, o pudesse incluir.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares respondeu afirmativamente ao solicitado e acrescentou que nesse pedido irão também todos os outros que foram pedidos, com as respectivas datas e com a menção da folha da ata em que as suas intervenções estão registadas.-----

----- O Senhor Deputado António Júlio respondendo à intervenção do Senhor Deputado Umberto Leitão, afirmou que o Senhor Presidente da Câmara não precisa de advogado de defesa, nem foi sua pretensão fazer politiquice. O que sempre disse foi que é de Manteigas e gosta de Manteigas e não foi para atacar ninguém, nem está a exercer qualquer tipo de pressão porque quem está à frente saberá melhor o que fazer. Enumerou como uma das prioridades o Campo Romão onde se poderiam instalar eólicas que produziriam vantagens para o Concelho e nem pode haver a desculpa do Parque porque essa entidade não existe. Acrescentou a situação de uma empresa de adubos através da fermentação da biomassa, assunto já falado várias vezes. Disse que está com o espírito de colaborar, como elemento da Assembleia Municipal, mas que não pode aceitar, como foi referido, que o anterior mandato fez mal e que o actual mandato faz tudo bem. Voltou a referir que Manteigas está parada, não vendo qualquer tipo de diálogo nem movimentações e até já surgiram rumores que a fábrica de bolos seria deslocalizada para Vale Formoso. Acrescentou que se as suas intervenções são “levadas a mal”, então deixará de estar nas assembleias por não ser preciso. Reafirmou que Manteigas está acima da cor política de quem está à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

frente e que é voluntário por Manteigas quase a cem por cento e a custo zero, sendo um sinal evidente de que gosta de Manteigas provando-o com atos e trabalho. -----

-----O Senhor 1º Secretário Albino Cardoso iniciou a intervenção afirmando que se abordam assuntos que não têm a abrangência que deveriam ter em termos concelhios, no que verdadeiramente interessa para Manteigas. Relativamente à aquisição da SOTAVE existe um factor muito importante que não é apreciado e que foi esbatido em diversos documentos que é primordial e que todos haviam concordado como necessário: a ausência de um Parque Industrial em Manteigas que dificulta a implantação de empresas. Torna-se um facto demasiado óbvio que nem merece discussão. Quando não foi contemplado em PDM (Plano Director Municipal) e o erro de quem elaborou o PDM foi perfeitamente assumido, porque se entendeu que Manteigas tinha uma estrutura urbana de pequenas indústrias que podiam ser implantadas em diversos pontos, como existiam na altura, e notava-se que havia actividade económica, a nível das madeiras, dos têxteis e outras, com o evoluir dos tempos, chegou-se à conclusão que havia necessidade de um Parque Industrial. Deu como exemplo a serração que está em Leandres e as dificuldades que teve de implantação e os empresários da construção civil que depositam onde entendem que ninguém os vê, criando situações ambientais difíceis de corrigir. Com a falência da SOTAVE, as instalações que ficaram ou eram aproveitadas ou se deixavam arruinar por completo, como acontece na Covilhã, em que apenas existem as paredes com os telhados a cair para dentro e cujas soluções são difíceis e complicadas e as autarquias não têm competências nem fundos, que são de todos os contribuintes, para suprir essas situações. Se há carência de instalações para implantar eventuais ou futuras empresas que possam criar emprego, desenvolvimento, aumentar o tecido económico do Concelho, para bem de todos os residentes, porque não se deveria aproveitá-las? Acrescentou que ouviu uma insinuação, que considera muito grave porque a aquisição do espaço não foi para pagar a ninguém, pelo que a afirmação é uma atoada que não cabe nesta sala, porque se tal for considerado, o Município de Manteigas não trabalha para A, para B ou para C em circunstância alguma e a afirmação proferida vai nesse sentido. Saliu que nunca esteve na perspectiva, nem da presente Câmara nem da anterior, fazer uma intervenção nesse sentido, porque é perfeitamente descabido e as pessoas que lá ficaram desempregadas ganharam os seus direitos, como têm todos nos respectivos empregos. Muitas vezes se esquece que as pessoas que não trabalham em empresas que estão bem também têm direitos e isso decorre da própria lei e não da intenção de uma autarquia que quer comprar este ou aquele espaço e se se ficar parado a olhar para as instalações, nada se produz, nem se contribui para a sociedade. Disse ainda, que as intenções manifestadas pelos diversos investidores, são prova que revela o contrário e é nesse sentido que se trabalha objectivamente. Continuou fazendo alguns pedidos ao Senhor Presidente da Câmara: relativamente à estrada do Poço do Inferno disse que a mesma necessita de alguma assistência nomeadamente na limpeza das valetas, pelo que solicita a sua intervenção junto das entidades responsáveis. Entende, também, que deverá haver uma intervenção, já em tempos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

falada, várias vezes prometida e nunca cumprida, a nível de trânsito pois a sinalização não lhe parece a adequada e referiu como exemplo a Rua Dr. Manuel Duarte Leitão que deveria ter um só sentido, pois torna-se perigoso para quem entra na vila vindo do jardim e tenta ir para aquela via, tendo já criado situações complicadas. Dever-se-ia cuidar da circulação no centro da vila, embora ela seja cada vez menos porque, e também concorda, Manteigas está parada, apesar dos esforços para que se inverta a situação. Solicitou ainda que intercedesse junto das Estradas de Portugal para tapar os buracos na 232, enquanto que na 338 estão a ser diluídos todos os esforços para que haja uma intervenção, a 232 está muito esburacada no Concelho de Manteigas, quem sobe à Pousada até às Penhas Douradas.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia interveio para dizer ao Senhor Deputado António Júlio que tem todo o direito de reclamar, sem que tal lhe seja levado a mal, mas que também terá de aceitar as opiniões contrárias e a crítica que lhe dirigem, pois quando a crítica é feita cara-a-cara, como foi feita pelo Senhor Deputado Umberto Leitão, é sinal de bom carácter, ao contrário dos maus caracteres que dirigem críticas sem estar presente o criticado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondendo directamente à intervenção do Senhor Deputado Alfredo Marcelo respeitante às Águas do Zêzere e Côa, disse que reuniram, na Câmara de Manteigas, um conjunto de Presidentes de Câmara da região que integram o sistema multimunicipal das Águas do Zêzere e Côa, em número catorze. Esta reunião teve o objectivo de se debater, novamente, a necessidade de intervenção junto do Ministério do Ambiente, fazendo sentir à Senhora ministra a problemática das tarifas da água, que aumentaram significativamente em dois mil e onze, tendo havido um aumento em Janeiro e está previsto novo aumento em Março, pelo que nenhum município pode aguentar tal situação. E o sentimento, que ao princípio era apenas de alguns municípios, está a tornar-se generalizado e existe já um consenso à volta desta relação, cada vez mais conflituosa, entre as Câmaras e as Águas do Zêzere e Côa, para uma resolução urgente do problema que se arrasta há muito tempo. Não apontando o dedo a anteriores administrações das Águas do Zêzere e Côa, referiu que alguma coisa esteve mal no passado, porque um sistema que se propunha fornecer com qualidade, quantidade e a preços módicos, os cidadãos de todos estes municípios, acabou por falhar completamente e está em constante falência técnica e só deixará de estar porque “vão aos cofres” dos municípios e há municípios que “vão sistematicamente aos bolsos” dos munícipes. Relembrou uma observação que fez em mil novecentos e noventa e oito em relação a este sistema: disse que a constituição deste sistema levaria a uma de duas coisas. Ou à hipoteca significativa de parte dos orçamentos das Câmaras ou ao “roubo” na carteira dos munícipes e está a acontecer aquilo que se previa e apesar de não o querer, tem razão. Desta reunião resultou que deveria haver uma intervenção rápida e foi feita uma missiva assinada por todas as Câmaras às Águas do Zêzere e Côa pondo em causa uma série de questões previstas nos contratos assinados com cada uma das Câmaras. E chegou-se à conclusão que há municípios que viram os seus contratos alterados unilateralmente e que o arrendamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

das infra-estruturas não poderia ser feito, porque são bens privados do município, pelo que existe uma série de incongruências neste processo. E entende, como fez saber à Senhora ministra, que deve ser o Estado a resolver o problema e usou a expressão “o Estado criou o monstro, o Estado que o domine”. Criou-o através de um Decreto-Lei. Ninguém obrigou as Câmaras Municipais a entrar, e os deputados votaram favoravelmente nas Assembleias Municipais. Não existe o “dedo apontado” às Assembleias Municipais ou Executivos municipais, mas a um sistema que está completamente falido e que está em desagregação. Assim sendo, decidiu-se intervir junto das Águas do Zêzere e Côa, dando um prazo de noventa dias para se pronunciarem em relação a uma série de questões e caso não o façam equacionar-se-á a possibilidade de intervenção jurídica. Mas para se evitar a intervenção jurídica, tentou-se, junto da Senhora ministra, mais uma aproximação. Numa deslocação a Lisboa de dez Câmaras, foram recebidos pela Senhora ministra e solicitaram uma solução acima de tudo política e se não for política, terá de ser jurídica. Como decisão política a ter é a intervenção imediata do Estado na consolidação da dívida, através do maior accionista que é o Estado através das Águas de Portugal. O primeiro passo seria sanear financeiramente a empresa Águas do Zêzere e Côa, por outro lado, tentar, ao mesmo tempo, que haja subsidiação ao sistema de Águas do Zêzere e Côa, porque não é justo financiar-se uma televisão que dá prejuízo a toda a hora e não se financiar um sistema destes, também ele criado pelo Estado. Como terceiro mecanismo seria estabelecer um sistema de per-equação, chamar à razão os municípios maiores, falar-lhes na solidariedade nacional, na coesão territorial e dizer-lhes que é necessário aumentar uns cêntimos a água a esses municípios para que possamos baixar nos nossos municípios de pequena dimensão e de zonas desertificadas. Adiantou que a Senhora ministra se tinha comprometido directamente a equacionar a terceira hipótese, do sistema de per-equação, e resistindo à possibilidade de subsidiar os sistemas e à possibilidade de consolidação da dívida no seio das Águas de Portugal e ficou-se com a promessa de haver uma resposta nas próximas semanas. Depois de muita discussão, porque cada município colocou as suas razões e as de Manteigas são estas e outras, porque Manteigas também é credora das Águas do Zêzere e Côa e até que os tribunais digam o contrário, e não o vão fazer, a fonte Paulo Luís Martins é uma concessão da Câmara e é dessa fonte que a água é captada para fornecer a população. E o facto de as Águas do Zêzere e Côa terem tido o desplante de oferecer 1,3 cêntimos é reconhecimento de que a água é de Manteigas, criando assim um mecanismo de pressão e de negociação. Aguarda-se uma resposta da Senhora ministra que esteja de acordo com as pretensões, porque se as tarifas baixarem significativamente para os quarenta e cinco cêntimos para o fornecimento da água e para os cinquenta cêntimos para o tratamento e saneamento e se se mantiverem assim durante dois anos, pensa que já seria aceitável e permitiria reduzir o preço da água que se pratica em Manteigas. Respondendo ao Senhor Deputado Paulo Costa que colocou a questão das flores, disse que na SOTAVE, para além dos espaços destinados aos empresários, e segundo percebeu o Senhor Deputado António Júlio tem a intenção de produzir húmus, adubo, pelo que também lá pode mon-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tar esse tipo de equipamento. Elucidou que no espaço da SOTAVE a Câmara está a desenvolver algumas actividades próprias, entre as quais a localização de uma estufa de flores, porque se tem de produzir as plantas que se querem nos jardins. O Senhor Deputado Paulo Costa referiu-se aos vasos coloridos aos quais o Senhor Vereador Cardoso chamou, eufemisticamente, de “penicos”, mas os penicos têm a asa para fora e aqueles não têm asas porque são vasos. Apesar disso, é sua intenção continuar a alindar os jardins e os gradeamentos. Para tal já se fez a sementeira, as plantas estão a nascer, hão-de ser transplantadas para esses vasos e serão posteriormente colocadas quando estiverem em condições para aguentar as temperaturas, depois de passarem por uma fase de “estágio” no exterior do pavilhão. Lembrou que há operadores económicos que as vendem mas são caras e o que tem flores de plantio não as pode vender à Câmara porque até o inspector do IGAL referiu isso no relatório. Sobre os canídeos disse que é uma preocupação da Senhora veterinária municipal e da Câmara e já ocorreram capturas de cães e gatos que, com a boa vontade da Câmara da Covilhã, são levados para o seu canil, apesar de se terem estabelecido contactos com a Guarda e Sabugal, mas as melhores condições são as da Covilhã, cujas taxas são exíguas. Contudo só se recolhem os animais que realmente devem ser recolhidos e não aqueles que possam ter dono identificado e que se soltem esporadicamente. Quando se conhecem os donos, notificam-se, fala-se com eles de modo a que os possam guardar de uma forma mais cuidada. Lembrou que na Rua de Santo António havia imensos cães e gatos e hoje há menos. São questões que são conhecidas ao pormenor. Respondendo ao Senhor Deputado Nuno Soares informou que anotou a sua intervenção e que iria inteirar-se do assunto. Quanto aos rumores ouvidos pelo Senhor Deputado António Júlio sobre a deslocalização da fábrica de bolos para Vale Formoso, disse que a fábrica já lá estava e o que aconteceu foi que a empresa que está interessada em montar a fábrica de bolos em Manteigas ficou e está a laborar nessa fábrica de Vale Formoso com o compromisso de comprar as máquinas e trazê-las para Manteigas, levando até alguns funcionários do Concelho para lá, de modo a quando se instalarem em Manteigas, num pavilhão já destinado na SOTAVE, os trabalhadores já tenham formação. Acrescentou que há poucos dias esteve à conversa com um dos representantes dos “Sabores Altaneiros” e disse ter ficado satisfeito com o que ouviu. Apesar de também ter pressa, não a pressa de mostrar trabalho só por mostrar, mas de trazer benefícios ao Concelho e não “andar a estoirar dinheiro”, pois essa fase já passou e os muros já estão todos feitos e não é preciso andar a gastar dinheiro em muralhas da China. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Albino Cardoso, concordou que a estrada do Poço do Inferno precisa de cuidados e referiu que há cerca de dois meses ele próprio, juntamente com o Senhor Vereador e o Senhor Engenheiro António Borges que, felizmente é uma pessoa que olha para o Concelho de Manteigas com outros olhos, enquanto que o anterior responsável pelo Concelho em termos florestais “não passava cartão” ao Concelho, nem era sensível às preocupações nem ao que via *in loco*. Referiu o estado em que estavam as valetas e as bermas na estrada de São Sebastião e a resposta dada pelo anterior responsável que disse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

“você é que fizeram o pavimento agora reparam as valetas e as bermas” e a Câmara teve de fazer esforço financeiro que se reflectiu a seguir, sendo uma obra posta a concurso pelo anterior Executivo, tendo a Câmara substituído a AFN (Autoridade Florestal Nacional) nas suas responsabilidades e ainda disseram que a Câmara é que tinha de compor as bermas e valetas, enquanto que o Engenheiro Borges mandou pessoal e as bermas e as valetas já estão arrançadas. O mesmo Engenheiro comprometeu-se a fazer o trabalho na estrada do Poço do Inferno e sabe que já fizeram parte do trabalho. Teve-se a preocupação de limpar, com uma equipa da Câmara, a estrada nova de Leandres até ao Poço do Inferno que já estava a ser invadida pela vegetação, pelo que se fez a obrigação e o restante do trabalho pertence à AFN, que estava habituada a que a Câmara a substituísse de vez em quando, mas cada um tem de assumir as suas responsabilidades. Relativamente à questão do trânsito, concordou que se têm de definir novas regras mas tem de se fazer um plano de trânsito, porque não se pode por uma rua com sentido único e esquecerem-se as outras ruas à volta e poderá haver consequências drásticas se apenas se mudar a sinalética nalguns locais específicos, pelo que o plano tem de ser sustentado, completo. Esta situação tem de ser resolvida também nas freguesias fora da área urbana de Manteigas, não prometendo que o plano vai ser feito amanhã, depois, no próximo mês ou daqui a meio ano, mas que é necessário. Quando houver possibilidade e disponibilidade será pensado o plano de trânsito, assim como em novo mobiliário urbano, pelo que se está a “pendurar” candidaturas para ver o que “lá cai”. Quanto à Estrada Nacional 232, que teve intervenção na colocação de raides de protecção e sinalização vertical, a questão foi colocada na Estradas de Portugal e à Senhora directora de estradas, pois nuns locais foi pavimentada e noutros não. O que a Câmara pode fazer é insistir para que a situação seja reparada e não ser ela a tapá-los, nem a gastar dinheiro em coisas alheias e acha mau suficiente ter-se deixado desclassificar uma extensão tão grande da estrada nacional. Andou um funcionário da limpeza da estrada a seguir a Vale de Amoreira a caminho de Valhelhas e só chegou até à zona do meridiano sete e meio, um pouco antes da curva da Pedreira. Referiu que é uma extensão enorme de estrada nacional que foi desclassificada, sem motivo aparente, e agora é a Câmara que a tem de tratar.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara e disse ainda haver tempo para uma intervenção dos Senhores deputados Paulo Costa e António Júlio. -----

-----O Senhor Deputado Paulo Costa aproveitou para lembrar que não existe nenhuma sinalização a proibir a circulação de autocarros com lotação superior a vinte e sete lugares na estrada do Poço do Inferno, pelo que já aconteceu, por diversas vezes, que autocarros cheguem e depois tenham enormes dificuldades em voltar atrás. Mostrou satisfação por o Executivo da Câmara Municipal tentar reduzir as tarifas da água pois acredita que haverá pouquíssima gente satisfeita com o valor que paga. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado António Júlio sugeriu que, por haver muitos turistas em auto-caravanas que procuram o ecoponto para distribuir o lixo para reciclagem e em alturas do mercado municipal, fosse colocado um ecoponto na zona referida.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares começou a intervenção lembrando que Lisboa deu o “pontapé de saída” na reforma administrativa, na redução do número de freguesias e tanto quanto sabe na Covilhã já existe um projecto e já existe acordo entre o PS e o PSD para que o mesmo seja feito, pelo que propõe que o Senhor Presidente da Mesa, porque a mesma situação vai acontecer em Manteigas e para que não seja nada imposto, com a brevidade que achar possível, marcar, para um sábado à tarde, um debate com os membros da Assembleia, com os membros das Assembleias de Freguesia, e até convidar alguns especialistas da UBI (Universidade da Beira Interior) em ordenamento do território que possam dar algumas ideias do que se deve fazer, para perceber se existe algum consenso, a nível do Concelho, para uma possível reorganização administrativa que venha a ocorrer.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada sendo duas horas. Desta sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa. -- -----

-----O Presidente da Mesa -----

----- *António Manuel de Lemos Santos* -----

-----O 1º Secretário----- O 2º Secretário -----

----- *Albino Saraiva Cardoso* ----- *Daniel António Quaresma Costa* -----